

## EDUCAR PARA O CONSENSO EM QUAL PROJETO SOCIETÁRIO: A (DES)CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA FREIREANO NO BRASIL

Deyvid Braga Ferreira <sup>1</sup>  
Geisa Carla Gonçalves Ferreira <sup>2</sup>  
Vanessa Sátiro dos Santos <sup>3</sup>  
Javan Sami Araújo dos Santos <sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar o discurso do atual presidente do Brasil, mais especificamente algumas postagens do twitter, sua assincronia acerca da concepção de educação freireana expressa na obra “pedagogia do oprimido” e os possíveis reflexos na formação dos agentes de segurança pública. A metodologia utilizada para o desvelar tal problemática, foi a pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica. Nossa perspectiva teórica foi a da Análise do Discurso de vertente francesa, que trabalha a relação língua, ideologia e história. Nossa categoria de análise foi a Formação Discursiva (FD), presente nos recortes da materialidade selecionada. Os resultados desta pesquisa mostraram que o conceito de educação proposto pelo projeto societário no poder, é díspar dos ensinamentos freireanos e dialoga com os anseios do capital, de forma a perpetuar o seu projeto de sociabilidade.

**Palavras-chave:** Discurso. Sociabilidade. Educação.

### INTRODUÇÃO

O ano de 2018 foi significativo na história da democracia brasileira.

Houve uma enorme polarização na política, de dois projetos societários, visivelmente identificáveis nas falas de seus candidatos, que foram para o segundo turno das eleições presidenciais.

Ao analisarmos os planos de governo de cada presidencial à época, percebia-se a forma como seriam propostas não só as políticas educacionais mas, a partir daí, como a instrução dos servidores policiais seria tratada e, com isso, que forma de sociedade seria gestada... que projeto societário prevaleceria

Outra característica que merece menção é o fato da utilização massiva desde a campanha eleitoral, passando pelo segundo turno e imprimindo “valor” até a presente data, de que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) trouxeram uma nova forma de

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela UFAL, Professor da FAT/AL, Professor da FRM/AL, [deyvidbrafe@bol.com.br](mailto:deyvidbrafe@bol.com.br);

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela UFAL, Professora da Mauricio de Nassau/AL, [geisacarla2420@gmail.com](mailto:geisacarla2420@gmail.com);

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação pela UFAL, Professora da Uninassau/AL, [vanessasatiro82@gmail.com](mailto:vanessasatiro82@gmail.com);

<sup>4</sup> Doutorando em Educação pela UFAL, Professora da SEMEDRL/AL, l: [javansami@hotmail.com](mailto:javansami@hotmail.com);

“divulgação de informação”, que desde o começo deste século quebrou paradigmas e mudou a forma de comunicação e instrução da sociedade.

Como exemplo, podemos citar o fato de que em algumas famílias, seus membros se comunicarem através das redes sociais, mesmo a poucos centímetros uns dos outros. Esse sentido de evidência ocorre em virtude dos avanços tecnológicos, e da disponibilização tanto de informação, quanto de instrução.

Segundo Bauman (2007), este cenário atual de “modernidade líquida” traz à tona um profissional que deve qualificar-se diuturnamente, independente de sua extenuante jornada de trabalho, pois vivemos em constantes transformações, nas quais a vida e a sociedade não conseguem manter sua forma ou seus padrões por muito tempo, precisando serem continuamente reinventados.

Através deste projeto societário, será nodal o remodelamento do projeto educacional, para que estes em conjunto, possam promover uma nova educação, um novo modelo educacional que coadune com os novos valores do projeto societário.

Nosso objetivo será analisar o discurso do projeto societário que logrou-se vencedor nas eleições, através de suas comunicações pelo twitter, canal oficial adotado pelo atual governo. Nessa perspectiva, elegemos 03 (três) materialidades discursivas, analisando seu embricamento: sociabilidade, educação e segurança.

Para desvelar como estas Formações Discursivas “oficiais do governo” demonstram seu projeto societário instrucional aos agentes de segurança por meio de seus discursos, buscaremos respaldo na Análise de Discurso, que desenvolveremos no próximo tópico.

## **METODOLOGIA**

Nossa pesquisa é de cunho qualitativo, com revisão bibliográfica, tendo em vista buscarmos subsídios teórico – doutrinários para tratarmos da temática: Educação e relações de gênero, conforme FLICK (2008). Nossa perspectiva teórica será a da Análise do Discurso de vertente francesa, onde a categoria de estudos será a Formação Discursiva (FD).

Nessa perspectiva, analisaremos o discurso do atual presidente do Brasil, mais especificamente 03 (três) postagens do aplicativo chamado “twitter” com “suas mensagens” assíncronas acerca da concepção sobre educação, em especial daquela defendida por Paulo Freire expressa na obra “pedagogia do oprimido” e os possíveis reflexos na formação dos agentes de segurança pública.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### A (DES)CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA FREIREANO NO BRASIL

Paulo Freire é um dos maiores e mais importante pensador e filósofo da educação no Brasil (CREI, 2007).

Não é propósito deste artigo discutir sua vasta obra, até pelo curto espaço destinado. Nos ateremos a apresentar a consonância da temática, com o livro *Pedagogia do Oprimido* (1987), visto que nele discutem as trilhas, os caminhos de uma pedagogia que transforme o oprimido, a “classe sem voz”, em autor de sua própria história, transformando-se em sujeito cognoscente.

O que iremos observar nas formações discursivas que selecionamos, é a tentativa do projeto societário de lograr-se hegemônico acerca do projeto freireano que busca na dialética marxista um respaldo na tentativa de emancipação dos homens, construindo uma consciência crítica, capaz de inseri-lo no mundo como agente de transformação, como um “sujeito em sí”.

Para isso, nos mostra Freire (1987) que antes de mais nada, o homem deverá pensar, sentir-se parte e sujeito de seus atos elocubrativos, discutir e refletir acerca de sua própria visão de mundo, mediado por ele e por seus pares. Antes de mais nada, estas reflexões deverão ser discutidas e forjada com ele, e não para ele, superando a situação opressora e abrindo caminho para a libertação.

Sabemos que este percurso é longo e acrimonioso, chegando Freire (1987, pp.35) a compará-lo a um “parto doloroso” e, ao reconhecerem/ perceberem os limites desta realidade opressora, utilizem-se dela como motor de sua ação.

Mas esta não é tarefa das mais fáceis, pois

Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude e, como consequência, também dominem como pensadores, como produtores de ideias, que controlem a produção e a distribuição das ideias de sua época, e que suas ideias sejam, por conseguinte, as idéias dominantes de seu tempo. (Marx e Engels 2007, pp. 78)

E para as elites dominantes, uma vez que dominam como classe, não possuem interesse nessa tomada de consciência das classes oprimidas, dessa rebeldia, pois além de estarem comprometendo a classe que domina, também estão desestabilizando a a ordem a harmonia presente na sociedade, dizem.

Só que esta harmonia, necessita-se de inculcar nos oprimidos a sua dominação enquanto classe, utilizando-se da educação para “indoltriná-los”, acomodando-os e domesticando-os de forma imperceptível, admoestando-o ao mundo da opressão, como “única realidade possível”.

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (Freire: 1987, pp.67)

São por tais pressupostos, que corroboramos com Freire em detrimento das Sequencias discursivas colacionadas a diante, pois não entendemos esta dissociação do saber, esta mera “tábula rasa”, mero deposito de informação, mas uma educação apta a despertar um senso crítico e capaz de problematizar e conscientizar-se historicamente.

E tais pressupostos são aplicáveis a quaisquer materialidade discursiva, inclusive aquelas veiculadas com o suporte das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), pois neste “novo cenário”, as maneiras de se comunicar, de ensinar ou de aprender já apresentam novos contornos, novos processos e novos recursos (Harasim, 2005, pp. 340), que serão moldados de acordo com as necessidades dos sujeitos do discurso.

Será isto que buscaremos mostrar nas próximas sessões.

## **ANÁLISE DO DISCURSO DE VERTENTE FRANCESA**

O nascimento e desenvolvimento da Análise do Discurso da qual somos tributários, nasce na França, das décadas de sessenta e setenta do século passado (Orlandi, 1993). Na Europa de 1960, o momento político é marcado pelo que se denomina de “guerra fria”. Os Estados Unidos (EUA) defendendo um projeto de sociabilidade capitalista estavam de um lado, enquanto a União Soviética (URSS) defendendo um projeto de sociabilidade socialista encontrava-se diametralmente no lado oposto.

A Análise de Discurso fundada por Pêcheux está ligada à compreensão de como as filiações históricas no mundo, e em especial no continente europeu, estavam produzindo seus efeitos. O que se buscava estudar na época, não era qualquer tipo de discurso: mas aquele de cunho político, que é perpassado pelas questões de luta de classes, movimentos sociais e a história. Com isto, coloca-se em evidencia questões ligadas a política e ao marxismo.

Pêcheux, então, propõe que o analista procure: o “real sentido do ato discursivo”, desvelando de que forma: sujeito, história e ideologia produzem sentido, pois o ser humano, em suas relações/ comunicações, pode “utilizar palavras que mudem de contexto quando

utilizadas em diferentes ambientes/ situações” , pois elas (as palavras) podem conter significados que se “sobrepõem ao momento do “dito”, podendo ou não assumir outros contextos no decorrer da comunicação” (Orlandi, 2005).

Nesse sentido, este discurso será efetivado pela história na qual se produziu, que se utilizou da linguagem para ser externado, considerando a ideologia como o caminho de sua constituição/ materialização, que “possui o poder de (re) significar o já dito é instituir uma nova memória discursiva” uma vez que não é concebível sua neutralidade ou pureza, pois não existe um novo (o discurso “inédito”). Todo discurso é constituído sob a base de outros já existentes, sendo atravessado por outros que já existiram ou que virão a ser externados.

Para que possamos adentrar em nosso objeto de análise, ou seja, de que modo o discurso oficial do governo gera/produz significação, precisaremos desenvolver uma das categorias da Análise de Discurso, que será a Formação Discursiva.

## FORMAÇÕES DISCURSIVAS

As Formações Discursivas tiveram seu conceito extraído da Arqueologia do Saber, de Foucault, servindo-se dela a AD, para designar

Aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. (...) Diremos que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (Pêcheux, 1995, pp. 160 - 161).

É por esse motivo que a Formação Discursiva constitui-se como uma matriz de sentidos, comum a um conjunto de discursos que vem a expressar a posição assumida pelos sujeitos falantes, determinando o que se pode dizer e o que não se pode dizer dentro de um enunciado.

Não devemos pensar que uma formação discursiva seja um dispositivo estrutural fechado e o discurso um bloco uniforme. São as várias formações discursivas, que atravessadas por diferentes vozes vindas de outros locutores que movimentam as filiações de sentido, criam possibilidades de modificações recíprocas, com o fito de se auto manter ou de se auto romper.

Com tal reciprocidade de informações nas materialidades discursivas, os sujeitos enunciantes não são:

Totalmente assujeitados às determinações sociais. Também rejeitamos a noção de sujeito livre, fonte de seu dizer. Defendemos um sujeito constituído nas práticas sociais concretas, por elas condicionado, mas também capaz de intervir, de provocar mudanças, uma vez que sendo a realidade social heterogênea e conflitiva,

portanto descontínua, o processo de determinação nunca é linear, homogêneo, contínuo (Cavalcante, 2007, pp. 47).

O discurso produz –se e reproduz – se na humanidade para atender uma demanda específica, a possibilidade de produção e reprodução da espécie, através de sua forma material, que é a linguagem.

Segundo Orlandi, (2005, pp. 15).

A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim, a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando. (...) Procura-se (com isso), compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história.

Todo discurso dialoga com outros discursos que o antecederam e o preconizam, cooptando elementos já produzidos. Ou seja, é produzido a partir de outros discursos, com os quais concorda ou dos quais discorda de modo a repetir ou modificar sua tessitura. Isso se dá graças a um movimento de retomada de elementos já ditos que constituem uma memória discursiva.

Assim, é possível ressignificar o que já se disse, promovendo deslocamentos de forma que “se citem, se afirmem, se refutem”, possibilitando novos dizeres através do que já foi dito é que se denomina de interdiscurso. Segundo Orlandi (2005, pp. 31).

O interdiscurso é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o (...) saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra.

Outra categoria da AD é o intradiscurso definido por Orlandi (2005) como aquilo que o enunciador formula, num dado momento, ante a determinada conjuntura e seus significados de forma apresentar sempre novos sentidos ao que já fora dito. Isso é possível graças à memória discursiva. É ela que disponibiliza para o sujeito os elementos que comporão o seu discurso.

É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o interdiscurso de uma FD, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes à FD historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que se supões o (seu) enunciado inscrito na história (Brandão, 2004, pp. 76 - 77).

Até agora falamos de nossas opções teóricas, sempre dentro do dizível, quer dizer, sempre buscando refletir acerca do dito, do posto. Entretanto, é de bom alvitre refletirmos que o não-dito, o pressuposto, o silenciado, também produzem sentido.

Acredito que o mais importante é compreender que: 1. Há um modo de estar em silêncio, que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br  
www.conedu.com.br

próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras; 2. O estudo do “silenciamento” (que já não é mais silêncio, mas “por em silêncio”) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados, que nos faz entender uma dimensão do não-dito. (Orlandi, 1997, pp. 11 - 12).

Ora, o silêncio não é um vazio, um mero coadjuvante da linguagem, uma perspectiva a-histórica. O silêncio relaciona o discurso sempre a outros discursos, complementa-se através das formações discursivas que o sustentam e o atravessam, fazendo sempre significar.

Por isto, a opção do sujeito em significar pelo dito ou pelo não-dito levará em consideração no seio social, marcado pela história e pela ideologia que perpassam o léxico enquanto agente de interação social.

E em relação as TIC's?

Podemos dizer, que com o surgimento e difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação, a economia mundial x relações de mercado x relações pessoais, estão profundamente marcadas, por conta de uma nova era, chamada de “sociedade da informação”.

Alinhado a esta política de Estado, a educação geral e a educação dos profissionais de segurança pública recebe uma nova significação. Tanto a sociedade quanto seus guardiões agora devem ter novos nortes, novos paradigmas, alinhados ao projeto societário tanto capitalista quanto neoliberal.

Partindo deste norte, destes pressupostos teóricos, que pretendemos analisar as materialidades discursivas inscritas em meio midiático pelo projeto societário que logrou-se vencedor. Neles, existe um forte apelo ao capital, como se este pudesse ser tomado em sua plenitude, como a luz no fim do túnel; como uma trilha inequívoca capaz de se auto superar, evoluindo e tornando-se apto a modificar de forma benéfica a própria sociedade.

## **OS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E DESIDENTIFICAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO PROJETO SOCIETÁRIO**

Ao analisarmos os séculos XX e XXI podemos perceber que em virtude das correlações de força envolvidas em cada momento histórico desses séculos, a história nos mostra de que forma e sob quais condições, as classes sociais em disputa demonstrarão como será realizada a articulação entre política e economia, atendendo aos seus próprios interesses (o do capital dominante).

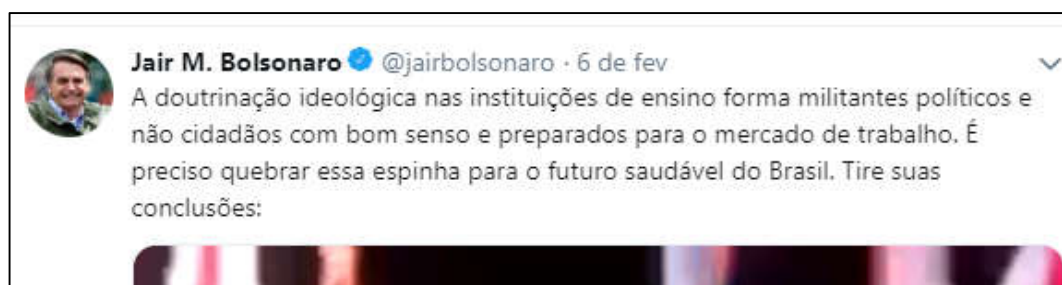
Mesmo tendo havido no Brasil um rosário de movimentos que lutassem pelo acesso indistinto das classes menos favorecidas a uma educação de qualidade, inclusive a das forças de segurança pública, estas sempre foram manobradas e atenderam aos anseios burgueses.

Nesse período, é assente a politização da sociedade civil organizada, na qual os grupos de poder que a compõe, de forma mais incisiva, buscam formas não só de perpetuação de seus múltiplos interesses, mas de implementação dos seus projetos de sociabilidade, incidindo diretamente nas decisões estatais. Buscam obter, nesse sentido, consentimento, quer ativo ou passivo, para a aplicabilidade de seus projetos sociabilísticos e antagônicos, com o fito de consolidação de direitos previstos não só nas constituições vigentes, mas na criação ou ampliação de outros que porventura possuam interesse.

Para que se logre êxito em sua empreitada, o Estado enquanto elemento garantidor/reprodutor dos anseios das classes dominantes deverá criar políticas orientadas a manutenção de uma “pedagogia de hegemonia”, adaptando no seio social, peculiaridades no desenvolvimento da: cultura, moral e ética, ou seja, nos valores basilares do cotidiano que regulam as práticas de convívio/convivência entre os membros da sociedade. Tudo na finalidade de reformular, a bem de seu interesse, as práticas educativas aos “novos interesses” do capitalismo.

Vejamos estes reflexos nas duas primeiras materialidades discursivas.

**Figura 01**



Informação disponível em:  
[https://twitter.com/jairbolsonaro?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor](https://twitter.com/jairbolsonaro?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor).  
Acessada em 01/05/2019



Figura 02



Informação disponível em:

[https://twitter.com/jairbolsonaro?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor](https://twitter.com/jairbolsonaro?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor).

Acessada em 01/05/2019

Nestes dois recortes, podemos observar que há um chamamento a determinada classe de pessoas, com quem se busca manter um diálogo, um “diálogo aberto” que lhe mostra um “sentido”: direcionar esforços para que os “jovens” “cidadãos(ões)” consigam um emprego que lhes de retorno de forma a melhorar a sociedade a sua volta...

Ora, mas que é o cidadão aqui delineado? Quais marcas linguísticas podemos observar nesse texto? Qual o papel da educação e da Segurança Pública?

Segundo Gentilli *apud* Cavalcante (2007, p. 110), é na conjuntura da sociedade global que se reconceitualiza a noção de cidadania,

Através de uma revalorização do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta por conquistar (comprar) propriedades-mercadorias de diversa índole. [...] O modelo de cidadão neoliberal é o cidadão privatizado, [...] o consumidor.

Logo, são cidadãos aquelas pessoas com condições econômicas, capazes de se fazer presente na sociedade, sendo útil e consumindo produtos.

E qual a relevância deste discurso proferido pelo nosso presidente?

As pessoas falam para serem ouvidas, às vezes para serem respeitadas e também para exercerem uma influencia no ambiente em que realizam seus atos [...] O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante [...] Uma

variedade linguística vale o que vale na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles tem nas relações econômicas e sociais. (GNERRE, 1991, p. 05 - 06)

Vejamos, conforme colacionada acima, não é qualquer pessoa que fala. Quem fala é nosso presidente, o chefe maior da nação, capaz de mobilizar sentido, que nenhuma outra autoridade pública poderia fazer, pois ele galgou o maior patamar político de nosso país.

Sua palavras dialogam com preceitos mais caros ao capitalismo, apontando um norte a ser seguido, uma trilha a ser caminhada para a “melhoria de nosso país”, onde fora deste caminho pré-estabelecido, não haveria volta.

Ao analisarmos o Estado brasileiro dentro de uma perspectiva marxista (Meszáros, 2008), tal discurso, tanto do nosso presidente quanto tantos outros presentes em outros discursos de chefe de países capitalistas, foram gestados para proteger a propriedade privada, para atender aos anseios das classes politicamente dominantes, e, sendo a Segurança Pública, um aparelho de Estado, cabe-lhe a função de manutenção dos interesses do mesmo.

Ao se buscar alinhar a educação ao capital, afirmando que esta cria militantes políticos e não cidadãos com bom senso preparados para o mercado de trabalho, deixa-se perceber o implícito de que em suas atividades cotidianas, basta seguir os preceitos de retidão e honestidades do capital, para que tudo mude, tudo seja diferente. Ledo engano, pois tais práticas, as práticas de cidadania, somente atingem a determinado percentual da população, pois as regras do mercado, de um mundo cosmopolita, palco da transnacionalização do capital, sem fronteiras ou quaisquer tipos de barreiras culturais só poderão ser atingidas por aqueles cidadãos-proprietários.

Para nós, fica evidente que o sujeito enunciante do discurso fala do lugar da Formação Ideológica do capital. Suas palavras, convocam outros discursos para com ele dialogarem e conferir-lhes sua autenticidade.

Eis que aqui pode parecer contraditório, como estas ideias aparentemente “neutras” possam significar de forma diferente. Dizendo de outra forma: como seria possível que as ideias, posições, alianças ou, simplesmente, a subserviência de palavra a outra aconteçam? Como é possível afirmar que existe um antagonismo entre os grupos semânticos, nos quais termos como cidadania, patriotismo, segurança pública, estão significando de forma diferente?

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo, (...) mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir, essa tese, dizendo: as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência (...) as formações ideológicas (...) nas quais estas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Por isso, podemos afirmar que são cidadãos aquelas pessoas com condições econômicas, capazes de se fazer presente na sociedade, sendo útil e consumindo produtos.

Imaginemos uma desocupação de terras invadidas pelo MST. Ora, o “cidadão-proprietário” recorre ao poder judiciário que lhe concede uma ordem de reintegração em sua posse, e, conseqüentemente, a desocupação imediata de suas terras, que na maioria dos casos, são grandes glebas de terras improdutivas. Se forem improdutivas, não deveriam possuir uma “destinação social”? Seus ocupantes, por não terem condições de estar em outro lugar, são menos “cidadãos” que os proprietários?

Nesse cenário, a educação advogada que privilegia a doutrina da política neoliberal e do capitalismo fará com que os Agentes de Segurança Pública adotem valores e posturas de: “justiça, cooperação, respeito à lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância” historicamente marcada.

O sentido de termos como justiça, cidadania, cooperação varia de acordo com o lugar social a partir do qual é enunciado. O que é fazer justiça diante de um pai de família, desempregado que entra em um supermercado rouba uma cesta básica para alimentar sua família?

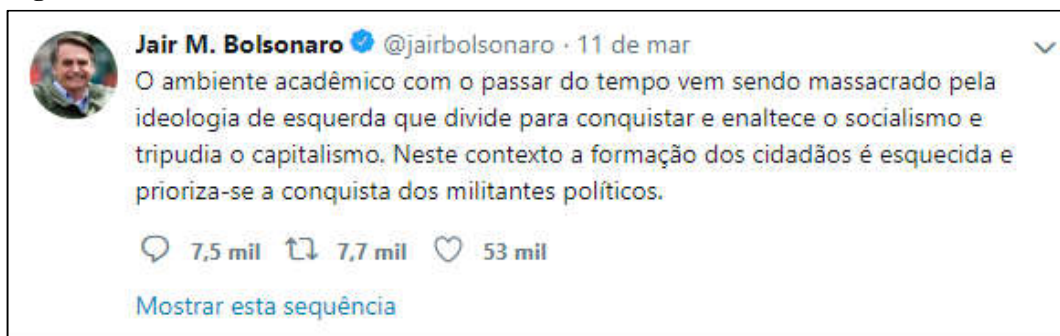
Na perspectiva positivista a lei, ele deve pagar pelo “crime” de apropriação do que não lhe pertence. Na perspectiva do desempregado é injusto deixá-lo passar fome, junto com sua família, enquanto uma minoria come até passar mal. No entanto, na perspectiva dos operadores da Lei a atitude “justa” de “respeito à lei” do agente de segurança, deverá ser a de punir o infrator, para proteger a propriedade privada. Igual reflexão deve ser feita com relação à “cooperação”. Cooperação com quem? Com o Estado, com a classe dominante ou com a classe trabalhadora? Como se pode ser cooperativo numa sociedade competitiva?

Para responder essas questões, recorreremos a Cavalcante (2007, p. 127), que assim se expressa.

Vale à pena lembrar que essa cooperação não é a cooperação de classes, geradora de conflitos, mas a cooperação justificadora do modo de produção capitalista, que dissimula/apaga a luta de classes, visando à integração e à coesão social entre as diferentes classes e grupos, independentemente das desigualdades existentes, pois, na perspectiva do capitalismo, a desigualdade é o motor do desenvolvimento individual

Quando se coloca como valores mais a cidadania com bom senso, preparação para o mercado de trabalho e a educação, se está umbilicalmente ligada aos valores mais caros ao capital e, na perspectiva do neoliberalismo ser cidadão é ser proprietário/consumidor, a atividade de Segurança Pública deve ser de proteção aos interesses desse “cidadão” – proprietário/consumido.

Figura 03



Informação disponível em:  
[https://twitter.com/jairbolsonaro?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor](https://twitter.com/jairbolsonaro?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor).  
Acessada em 01/05/2019

O que observamos nesta materialidade?

A tentativa de defesa do capital, do capitalismo como última e única alternativa societária e econômica viável para a humanidade. Conforme se faz narrado, será que existiria uma outra alternativa? Dentro do atual cenário global, que mostra o agravamento ou agudização das tensões sociais, o agravamento ou agudização das lutas de classe e o crescimento vertiginoso do desemprego que não fora “ainda” solucionado pelo capitalismo, ainda assim, é possível admitir que em pleno XXI século da era cristã, seja justificável a exploração do homem pelo próprio homem?

Segundo Lessa e Tonet (2011, pp. 13-14), existem duas formas possíveis de se pensar acerca deste dilema:

A primeira resposta, conservadora, (grifo nosso) afirma que há uma essência dos indivíduos humanos que os torna individualistas; e que essa essência, justamente por ser imutável, não poderia ser alterada pela história. [...] Por isso, segundo eles, o

máximo que se pode almejar é desenvolver o mercado e a democracia que, para eles, são as melhores e mais civilizadas formas de disputa entre os indivíduos, não passando de um mero sonho a proposta de Marx de uma sociedade sem classes. Como poderia ser abolida a sociedade de classes, perguntam eles, se os homens são essencialmente marcados pela propriedade privada, se são individualistas, mesquinhos e egoístas?

**A segunda resposta, radical,** (grifo nosso) à nossa pergunta é a dos revolucionários. Afirmam eles que não só é possível, mas também necessário, que a humanidade se emancipe da exploração e da opressão. A evolução da sociedade contemporânea não nos conduzirá a formas cada vez mais civilizadas de opressão, como afirmam os conservadores, mas sim a uma barbárie crescente ou à própria extinção da humanidade. E a única forma de evitá-la é superar as desumanidades da sociedade capitalista. Para escapar a isso, afirma Marx, não há outra alternativa senão a emancipação humana da opressão dos homens pelos homens.

Conforme podemos observar na materialidade discursiva, nossa sociedade optou pelo neoliberalismo; que é um corpo teórico de ordem político-econômica, capitalista, que defende a não ingerência Estatal na economia, pregando que “a mão invisível do mercado” é auto regulatória, e que quanto maior for à liberdade do mercado, maior será o desenvolvimento econômico-social do País. Seu corpo teórico vem pregar um Estado mínimo, enxuto e competitivo; pouca ou nenhuma intervenção governamental na economia e no mercado de trabalho; globalização dos capitais transnacionais e privatização das empresas públicas do estado, além de flagrante oposição à tributação dos capitais.

Sua implementação ocorre durante a crise que assolou o mundo na década de setenta do século passado, quando pode ser sentido por todos os países capitalistas um longo e profundo período de recessão, que trouxe, para a economia mundial, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Era preciso eleger um culpado, e eis que o Estado de Bem-Estar Social (WelfareState), com suas políticas de implementação de direitos/ conquistas sociais fora eleito o responsável.

No âmbito dessa escolha, a culpabilização incidiu sobre os direitos conquistados pelos trabalhadores que organizados em sindicatos, vinham obtendo, nas mesas/rodadas de negociação com seus patrões burgueses, sensíveis avanços trabalhistas. Quem melhor que um movimento proletário, para assumir a reponsabilidade pela sangria dos recursos atinentes ao Estado, que, na perspectiva desse modo de acumulação capitalista, consumia seus preciosos recursos com “infundados gastos sociais”?.

Será que isto nos lembra de algo?

Logo depois da primeira guerra mundial, os países capitalistas experimentavam um crescimento econômico que perdurou após a segunda guerra mundial. Os Países industrializados adotaram formas de expansão dos direitos sociais, através da cobrança de uma elevada e progressiva carga tributária, de forma a assegurar a manutenção do emprego e da renda dos trabalhadores.

Segundo Bobbio, (1998, p. 417),

Não obstante haverem melhorado os instrumentos técnicos de previsão e controle do andamento das despesas públicas, nos países onde é mais ampla a cobertura do seguro social (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Suécia.), em fins da década de 60, as despesas governamentais tendiam a aumentar mais rapidamente que as entradas, provocando a crise fiscal do Estado. O aumento do déficit público provoca instabilidade econômica, inflação, instabilidade social, reduzindo consideravelmente as possibilidades da utilização do Welfare em função do assentimento ao sistema político.

Essa crise no Estado de Bem Estar Social, na visão neoliberal, está representada pela elevada carga tributária cobrada para sustentar os direitos sociais dos trabalhadores, que agora são vistos como um fardo para o desenvolvimento e manutenção da própria nação. Corroborando para a criação de um Estado mínimo, argumenta-se, segundo Bobbio, (1998, p. 405), que

As despesas públicas não conseguem prover, devido à diferença crescente entre as saídas necessárias e as entradas insuficientes, a distribuição de recursos que satisfaçam às aspirações de uma área cada vez mais vasta de indivíduos, cuja reprodução social só pode ser esperada da expansão das despesas sociais por parte do Estado.

Para resgatar o Estado que se achava à beira da insustentabilidade, eis que surge a adoção de medidas neoliberais pelos principais países capitalistas. Em 1979, na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher e, logo em seguida, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos.

Seus maiores méritos (governo de R. Reagan e M. Thatcher) foram tornar o movimento operário, em seus países, sem credibilidade, decrescer o sistema de redistribuição de renda, elevar sensivelmente as taxas de juros, quase que extinguir os impostos sobre grandes fortunas e das vultuosas movimentações financeiras, criar expressivos níveis de

desemprego, além de forte repressão aos trabalhadores, às leis que lhes garantiam direitos trabalhistas, perseguição aos sindicatos e sensíveis cortes nos gastos sociais.

Esse quadro irá refletir diretamente sobre os direitos fundamentais adquiridos principalmente pelos trabalhadores e pelas classes menos favorecidas. Como as Constituições estavam “impregnadas” de direitos e garantias para as classes proletárias e a “pequena burguesia”, necessário se fazia um “enxugamento” de tais direitos, devendo cada um se prover por seus próprios meios. Por que o Estado deveria manter os direitos sociais, se a livre concorrência poderia “solucionar”, de forma espontânea e eficaz, “esse inconveniente”.

Para isto, se fazia necessário “higienizar” os diplomas constitucionais, reduzindo a intervenção do Estado na economia. Essa intervenção só deveria ocorrer, quando, e somente quando, fosse necessária, a manutenção dos lucros pela classe dominante.

Escreve Bonavides, (2001, p. 40).

A crise das constituições [...] continua sendo a crise da substituição, cada vez mais acentuada, do modelo impossível de uma espécie de constitucionalismo jurídico por outro de constitucionalismo político. O constitucionalismo do Estado de Direito (bem entendido: o Estado de direito da sociedade liberal) cede lugar ao constitucionalismo político e social. Um constitucionalismo, não raro, amputador da ordem jurídica nas garantias fundamentais do cidadão, em proveito daquela segurança que a razão de Estado comanda, legisla e impõe, fazendo, todavia inseguros, em termos de aferição de direitos, o cidadão e a sociedade.

Esse quadro perdurará com maior ênfase a partir da década de setenta do século passado, devido à grave crise inflacionária que assolava o mundo, além da crise do petróleo que eclodiu em 1973. É aí que as ideias neoliberais começam a difundir-se pelo mundo, e, em especial, pelos países de capitalismo desenvolvido, tais como Inglaterra e Estados Unidos.

Isso afetará sensivelmente os direitos fundamentais adquiridos por todos, em especial dos trabalhadores, que viram direitos conquistados a sangue e suor serem paulatinamente aliados em prol dos ajustes fiscais. Este cenário mundial perdura até os dias atuais.

No Brasil, a adoção do neoliberalismo surge na década de 1990, com o governo presidencialista de Fernando Collor de Melo, que lança mão de uma política de abertura do mercado para concorrência, a planificação da economia (tentativa de diminuir a inflação galopante), venda das empresas públicas. Ocorrem, também, negociações para captação de verbas nas instituições internacionais, em especial com o FMI.

Em virtude de sua saída do governo “por pressões populares”, assume seu vice Itamar Franco, que freia os processos modernizatórios e de enxugamento estatais promovidos por Collor.

Logo em seguida, assume Fernando Henrique Cardoso que dá continuidade ao processo de enxugamento estatal, para que este seja mais célere, ágil, moderno. A justificativa para as mudanças é que o Brasil necessita ser ágil para prosperar e poder gerar emprego e renda, mas para isso torna-se necessário que sejam privatizadas as empresas estatais brasileiras, pois elas são um óbice ao desenvolvimento estatal.

É nessa conjuntura, de dismantelamento dos direitos sociais e dos trabalhadores, além da precarização e expurgo de empresas estatais para o capital internacional, que a violência no Brasil agudiza-se e mostra a sua face mais perniciososa - uma grande massa de pessoas, principalmente jovens que residem nos bairros periféricos, não possui: estudo, qualificação ou quaisquer perspectivas de futuro. Junte-se a tudo isto o dissabor da incompletude humana, que na ótica do liberalismo econômico só seria sanada através dos hábitos consumistas e está formado o não-estado, estado paralelo ou crime organizado, com as graves repercussões sentidas até hoje.

Serão estes os valores mais caros do capital, apregoados pelo projeto societário dominante, e que devem coadunar com “a educação” e o novo projeto de sociabilidade, que pretende “educar para o consenso”....

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como discorremos ao longo do trabalho, existe uma luta na sociedade entre duas classes antagônicas entre si: aqueles que vendem sua força de trabalho e aqueles que a exploram. Nesse projeto de sociabilidade, o capitalismo transformou a cotidianidade numa luta pelo enriquecimento, pela busca cada vez maior de juntar, acumular....

Nesse sentido, o poder político ao buscar a unicidade em torno de seu projeto de sociabilidade, utiliza-se dos meios de transmissão de informações, sejam: impressas, televisivas, radiofônicas e digitais para propagar e dar sustentação ao seu dizer, serão corolário de uma ideologia alienante da própria população que é ideologicamente instigada a revoltar-se contra aqueles que “distoam de seus pensamentos”. Estas formações ideológicas que atribuem todo o problema econômico e social de nosso país aos seus atores/atrizes

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



contrários, camufla os conflitos de classe que são gritantes em nossa sociedade, procurando passar a falaciosa ideia em que vivemos num “mundo” sem contradições de classe, tão pouco de contradições sócias e de distribuição da renda produzida.

Com isto, busca-se passar à falsa ideia de que todos os problemas serão resolvidos, com a educação para o consenso, com a educação para o capital e seus valores mais caros. Não se fala que a cada dia há recrudescimento das “democracias capitalistas” sob o *Welfare States* conquistados com muito suor e sangue pelo proletariado, além do acirramento das questões sociais, um desemprego galopante que transforma os desempregados num “exército de mão de obra sobressalente” e sem perspectivas de empregabilidade apontam para uma série de crises cíclicas cada vez mais presentes no cotidiano; crises estas socorridas com o dinheiro público, que de público não se sabe bem o que é!

Em Meszáros encontraremos a solução para a questão atinente a elaboração de modelo educacional, que se propusesse a “educar para além do capital”, rompendo com sua lógica perversa.

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas auto servidoras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, procurar margens de reforma sistemática no próprio enquadramento do sistema capitalista é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (2007, p. 25)

É preciso que se vença esta lógica perniciososa de formar, pois somente assim teremos um quadro diferenciado, pois é ilógico uma solução dentro das bases do próprio sistema capitalista ou dentro de uma tentativa vã de reformulação do próprio sistema, que é irreformável.

A alternativa será uma mudança profunda no sistema político e econômico vigente, perpassando por uma mudança na própria estrutura da sociedade.

Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas para além do acordo sobre este simples facto os caminhos dividem-se severamente. Pois, caso um determinado modo de reprodução da sociedade seja ele próprio tido como garantido, como o necessário quadro de intercâmbio social, nesse caso apenas são admitidos alguns ajustamentos menores em todos os domínios em nome da reforma, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações conjecturais e apriorísticas são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo

de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma a manter-se as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo intactas, em conformidade com as exigências inalteráveis de um sistema reprodutivo na sua totalidade lógico (MESZÁROS, 2007, p. 27).

Para Meszáros (2008), as crises enfrentadas, não só as que assolam o mercado financeiro, são a confirmação de que existe um impasse na economia global, impasse este que reside no próprio estágio do desenvolvimento capitalista. Tentando amenizar e manter este modelo hegemônico de sociedade, governos e órgãos transnacionais injetam fortunas no sistema financeiro local (com conexões ou repercussões mundiais), demonstrando um engodo que urge ser desvelado. Prova disso, é a própria economia que apenas espera a passagem da próxima “marolinha” para recomeçar seu ciclo pernicioso.

Com isto, nestas sequencias discursiva, esperamos ter demonstrado a o trinômio: educação, segurança e sociabilidade estão imbricados nestas falas e de como tenta-se apresentar um novo norte, salvador, para o publico em geral, com reflexos nos operadores da segurança pública. Tanto a sociedade quanto seus guardiões agora devem ter novos nortes, novos paradigmas, alinhados ao projeto societário tanto capitalista quanto neoliberal.

Para dominar, o dominador não tem outro caminho senão negar às massas populares a práxis verdadeira. Negar-lhes o direito de dizer sua palavra, de pensar certo. (Freire, 1987, pp. 123)

Felizmente, os trabalhos de K. Marx, G. Lukács e I. Meszáros (2008 e 2009) demonstram que cada vez mais, as tensões dentro do próprio capital, que em sua tessitura é irrefreável, endêmica, crônica e permanente; chamam toda a sociedade a pagar a conta das perdas contabilizadas pelos grandes investidores, pela perda de dinheiro da classe dominante e detentora dos modos de produção e reprodução da vida em sociedade.

Esta crise nada tem de nova, pelo contrário, surge dos antagonismos desenvolvidos pelo próprio capital pra que se mantenha como forma de sociabilidade presente e projeto de governança dos mais abastados, além de, é claro, proposta uníssona de rejeição ao socialismo e suas ideias de “excomungar das elites a propriedade dos meios de produção e reprodução social”, não tratando de questões como a degradação/ destruição ambiental e o desemprego crônico, que são as manifestações mais claras de que o projeto de sociabilidade vigente precisa ser modificado.

É plausível falarmos de cidadania, em uma sociedade “democrática”, que legitima e defende a prática de uma cultura de assujeitamento intelectual, que acha correto a exploração do homem pelo próprio homem?

Creemos que não.

Esperamos que o leitor compreenda que é preciso uma maior mobilidade de modo que se crie uma consciência coletiva, com o fito de combater o projeto burguês de sociabilidade, para que através da prática de uma pedagogia contra hegemônica possamos mudar as relações de dominação e subserviência impostas pela classe dominante e seu projeto de sociabilidade. Ou isso, ou manteremos inalteradas as relações de exploração e dominação, e continuaremos acreditando no projeto da terceira via intitulado de “um mundo, melhor e sem antagonismos”.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª Edição. Tradução de Michel Lahud “*et all*”. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 24 ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 11 ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. SP: UNICAMP, 2004.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: O simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

\_\_\_\_\_. Situando a análise do discurso. In: FLORENCIO, Ana Maria Gama “*et all*”. **Análise do discurso: Fundamentos e práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1987.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HARASIM, Linda “*et all*”. **Redes de aprendizagem: um guia para ensino e aprendizagem on-line**. São Paulo: SENAC: 2005.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Revista temas de Ciências Humanas, 1978.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico - filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MÉSZÁROS, Istévan. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

ORLANDI, ENI PP. (Org). **Gestos de leitura da história no discurso**. Tradução de Bethânia S.C. Mariani. São Paulo: UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso: Princípios e procedimentos**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 4ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni PP. Orlandi *et all*. 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni PP. Orlandi *et all*. 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1995.

Portal do Centro de Referências em Educação Integral (CREI). **7 educadores brasileiros fundamentais para compreender a educação integral**. Publicado dia 03/01/2017. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/7-educadores-brasileiros-fundamentais-compreender-educacao-integral/>. Acesso em 15 setembro 2019.

TONET, Ivo & LESSA, Sérgio. **Introdução a Filosofia de Marx**. Publicado em 2011. Disponível em: [http://www.ivotonet.xpg.com.br/.../Introducao\\_a\\_Filosofia\\_de\\_Marx.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/.../Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf)> Acesso em 15 setembro 2019.